

Sistema Único de Segurança Pública será votado pelo Senado

Propostas legislativas ligadas ao tema da segurança pública ganharam prioridade no Senado desde o início dos trabalhos legislativos de 2018

Recentemente, os senadores aprovaram a proibição de cortes de recursos do Fundo Nacional de Segurança e do Fundo Penitenciário e a instalação obrigatória de bloqueadores de celulares em presídios. Mas a fila de projetos relativos aos temas segurança pública, execução penal e sistema penitenciário está longe de se esgotar. Nas próximas semanas os senadores votarão projetos como o que cria o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS).

De autoria do Poder Executivo, a proposta tramitou na Câmara onde foi aprovada na forma do substitutivo do relator, o deputado federal Alberto Fraga (DEM-DF). Agora, ela está na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, com o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) como relator. O entendimento para votação da proposta é fruto de parceria entre os presidentes



A fila de projetos relativos aos temas segurança pública, execução penal e sistema penitenciário está longe de se esgotar.

do Senado, Eunício Oliveira, e da Câmara, Rodrigo Maia.

O projeto institui o Susp e cria a PNSPDS, "com a finalidade de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social da União, dos

Estados e dos Municípios, em articulação com a sociedade".

As estratégias da PNSPDS deverão garantir integração, coordenação e cooperação federativa, interoperabilidade, liderança situacional, modernização da gestão das instituições de segurança pública, valorização e proteção dos profissionais, complementaridade,

dotação de recursos humanos, diagnóstico dos problemas a serem enfrentados, excelência técnica, avaliação continuada dos resultados e garantia da regularidade orçamentária para execução de planos e programas de segurança pública. O projeto também determina que será considerada de natureza policial a atividade exercida pelos agentes penitenciários.

Para o senador Paulo Paim (PT-RS), as diversas instituições e entes envolvidos no Susp terão de deixar de lado egos e vaidades para que consigam uma integração eficaz que coloque em primeiro plano a segurança da população brasileira. "É um pleito antigo da sociedade de ter um sistema único de segurança pública, de forma que a polícia civil e a polícia militar, independentemente da instância, possam trabalhar juntas, trocando informações e combatendo a violência, que cada vez aumenta mais nesse país", disse Paim (Ag.Senado).

O desemprego em 2018: saindo do fundo do poço

Clemente Ganz Lúcio (*)

Os resultados divulgados sobre admissões e demissões realizadas no Brasil no ano de 2017 revelam o fechamento de 21 mil postos de trabalho com carteira assinada

Considerando-se que, em 2015 e 2016, foram fechados quase 2,9 milhões de empregos (1,33 e 1,53 milhão respectivamente), os dados do último ano indicam estabilidade no patamar alcançado pelo emprego formal, o que mostra que o mercado de trabalho chegou ao fundo do poço. Sair é uma outra história! No ano de 2017, o comércio teve saldo positivo de 40 mil postos de trabalho e a agropecuária e os serviços, de 37 mil cada um. Por outro lado, a construção civil eliminou 104 mil empregos e a indústria da transformação, outros 20 mil.

Contudo, quando se considera o ajuste sazonal para a observação da variação do emprego formal registrado em dezembro de 2017 em relação ao mês anterior, o comportamento de todos os setores se mostra mais favorável, com especial destaque para a construção civil e os serviços.

Essas informações negativas sobre o emprego se alinham com a expectativa de baixo crescimento econômico em 2017, depois de mais de dois anos de gravíssima recessão e do acúmulo de 13 milhões de desempregados no mercado de trabalho.

A divulgação dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, realizada pelo IBGE, mostra que o desemprego cresceu, passando de 11,5%, em 2016, para 12,7%, em 2017. Mais importante, houve redução de cerca de 1 milhão de postos com carteira assinada no ano, aumento de 5,5% do assalariamento sem carteira e de 0,7%, dos trabalhadores "por conta própria". Também a PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego, registrou elevação do desemprego e da contratação informal - autônomos e assalariados sem carteira - e diminuição dos rendimentos do trabalho e da contratação formal na maior parte das regiões metropolitanas onde ocorre o levantamento.

O cenário prospectivo para 2018 aponta para um resultado positivo em termos de geração de postos de trabalho com carteira assinada e a possibilidade de uma redução do desemprego, a depender, de um lado, da intensidade do aumento da procura por emprego daqueles que saíram do mercado de trabalho e, de outro lado, do ritmo de criação de postos de trabalho. Esses resultados serão fruto de um crescimento econômico, que poderá ser superior a 2%.

O fundo do poço da economia, mesmo com o PIB

trimestral em desaceleração nos três primeiros trimestres de 2017, abre espaço para uma retomada que virá animada pela queda da taxa de juros; pela alta ociosidade da capacidade produtiva já instalada, o que permite aumentar a produção sem investimentos; e pelo ciclo eleitoral, que deve aumentar as inversões em obras públicas, entre outros fatores. Mas há inúmeras incertezas que ainda devem ser consideradas, conforme indica o Boletim de Conjuntura do Dieese (www.dieese.org.br).

Os dados divulgados pelo Ministério do Trabalho também evidenciam a aplicação das novas regras de contratação para trabalho intermitente (2,9 mil admissões em dezembro) e contrato de trabalho em tempo parcial (2,3 mil admissões em dezembro). Apesar de baixos, é possível que esses números estejam iniciando uma série que poderá crescer ao longo de 2018, na medida em que aumentar a segurança jurídica em relação às mudanças promovidas pela Lei 13.457.

Caso isso ocorra, a tendência será a redução do emprego seguro, em função da ampliação de postos de trabalho que, apesar de formais, caracterizam-se pela precariedade; bem como a utilização de contratos intermitentes ou em tempo parcial para que postos de trabalho informais sejam transformados em empregos legais. A crise política adiciona ingredientes de difícil mensuração sobre a dinâmica econômica e o mercado de trabalho. Tudo indica que 2018 será um ano de alta complexidade para a luta sindical e social e de difícil compreensão sobre a conjuntura política, econômica e social.

Entretanto, sabe-se que as negociações coletivas de trabalho a serem realizadas neste ano ocorrerão em um contexto de baixa inflação - o que poderá ter reflexos positivos sobre as conquistas relativas à reposição de perdas salariais e obtenção de aumentos reais - e abrir espaço para a negociação de outros temas fundamentais para os trabalhadores.

As campanhas de database - momento de renovação dos contratos coletivos de trabalho das diversas categorias profissionais - são um espaço privilegiado para o enfrentamento das medidas introduzidas pela reforma trabalhista, dado que propiciam condições para a luta pela inclusão, nos acordos e convenções coletivas de trabalho, de garantias que protejam os trabalhadores da precarização dos contratos, da flexibilização da jornada e de seus impactos negativos sobre salários, benefícios e condições de trabalho.

(*) - É sociólogo, diretor técnico do DIEESE, membro do CDES - Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e do Grupo Reindustrialização.

Projeto obriga iluminação de faixas de pedestres

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara aprovou na última quarta-feira (25) proposta que altera o Código de Trânsito Brasileiro para tornar obrigatória a iluminação de faixas de pedestres. Pelo texto, os locais destinados à travessia de pedestres deverão ser sinalizados com faixas pintadas ao longo da via e também iluminadas de acordo com critérios definidos pelo Contran.

Autor da proposta, o deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PV-SP) se baseou no projeto "Travessia de Pedestres Iluminada", desenvolvido pela Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo (CET). O projeto foi implantado em julho 1996, em frente ao Terminal Rodoviário do Tietê, onde um ano antes ocorreram 27 atropelamentos, dos quais 56%

à noite. Thame argumenta que a faixa de luz canalizada induz o pedestre a atravessar na faixa e faz com que o motorista fique mais atento às travessias, contribuindo para diminuir o número de atropelamentos.

O relator no colegiado, deputado Jaime Martins (Pros-MG), concordou com os argumentos de Thame e defendeu a aprovação do projeto. "A iluminação desses locais de travessia é avanço inegável em nossa legislação de trânsito. Além da redução de acidentes e a consequente preservação da vida, experiências práticas mostram diversos benefícios da iluminação das faixas de pedestres", disse. O projeto será ainda analisado conclusivamente pela Comissão de Constituição e Justiça (Ag. Câmara).

Operadoras de planos de saúde terão selo de qualidade

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) quer fortalecer a assistência básica da saúde no país. Com essa proposta, a agência lançou, na quinta-feira (26), no Rio de Janeiro, projeto que deve ser implantado, ainda neste ano, pelos planos privados. A proposta prevê a adesão voluntária e a meta é conceder, por meio de entidades independentes, um selo de qualidade às operadoras para facilitar o acesso a diferentes plataformas de saúde.

O diretor de Desenvolvimento Setorial da ANS, Rodrigo Aguiar, explica os benefícios que a prática poderá trazer tanto para as operadoras quanto para os usuários desses planos. O objetivo do selo, além de reorganizar critérios da atenção básica em saúde, é remodelar a remuneração de prestadores e focar no cuidado com o paciente, como destaca Rodrigo Aguiar. Entre as doenças que poderão ser tratadas no programa de atenção primária à saúde estão as cardiovasculares, respiratórias, diabetes, câncer, depressão, demência, além de doenças bucais como a cárie (ABR).

Acordo na área da Previdência Social entre Brasil e EUA

A Comissão de Relações Exteriores do Senado aprovou na última quinta-feira (26) o acordo assinado em 2015 entre Brasil e Estados Unidos na área da Previdência Social. O texto segue para a análise do Plenário. Como lembrou o relator, senador Jorge Viana (PT-AC), dados de 2014 dos consulados brasileiros nos EUA indicam que pelo menos 1, 2 milhão de brasileiros morem naquele país, mas acredita-se que esse número "deve ser ainda maior, por causa do tamanho dos Estados Unidos e do espriamento de brasileiros por todo aquele território".

"O acordo beneficia não só a grande comunidade brasileira naquele país, mas também traz ganhos econômicos para as empresas de nosso país que atuam por lá, porque evita a dupla contribuição para os sistemas previdenciários. Indica também que os dois governos possuem interesse na integração de suas comunidades expatriadas, e abre portas para mais comércio



Senador Jorge Viana (PT-AC), relator da proposta.

entre EUA e Brasil", acrescentou o senador.

Como informa o relatório, o acordo, em linhas gerais, estende aos trabalhadores brasileiros e norte-americanos o acesso ao sistema previdenciário local, caso estejam vivendo na outra parte. Visa corrigir uma "injustiça flagrante", no entender do senador Jorge Viana, que é "a pura e simples perda de recursos investidos em um dos sistemas e o acréscimo, em anos, do tempo mínimo

de contribuição necessário à obtenção da aposentadoria".

O acordo permite que os trabalhadores que contribuíram para os dois sistemas somem os períodos de contribuição, com o fim de atingir o tempo mínimo necessário à obtenção de aposentadorias e outros benefícios. Cada sistema pagará ao beneficiário o montante em sua própria moeda equivalente ao período da contribuição efetuado no respectivo país (Ag. Senado).

Em debate a obrigação de o preso ressarcir o Estado

A obrigação de o preso ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção vai ser debatida em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. O requerimento, aprovado na quarta-feira (25), é de autoria do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), relator do projeto que altera a Lei de Execução Penal. O senador Waldemir Moka (PMDB-MS), autor do projeto, comentou na reunião deliberativa que o sistema carcerário tem um custo de R\$ 3 mil por preso. Segundo ele, esse valor é maior do que aquilo que se gasta com um aluno do ensino médio.

"Nas penitenciárias há homens e mulheres em condição de trabalho vivendo na ociosidade. Quem paga por isso é o contribuinte, é a sociedade. Deve haver uma forma de transformar essa ociosidade em algum tipo de trabalho, até para não deixar os presos expostos a outros presos que lideram facções e acabam aliciando os encarcerados", disse.

Com data ainda não divulgada, audiência pública terá como convidados representantes do



Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO).

Ministério da Segurança Pública, do Departamento Penitenciário, do Conselho Nacional de Justiça, da OAB Brasil, do Ministério Público do Trabalho e do Conselho Nacional do Ministério Público. Caiado deu parecer favorável ao projeto. Para ele, a medida se mostra acertada e necessária, pois se trata de hipótese em que foi praticado um ato ilícito (crime cometido pelo condenado), conduta que gera despesas posteriores em desfavor do erário (gastos com o encarceramento).

"O art. 37 da Constituição Federal informa que todos os prejuízos causados ao erário devem ser ressarcidos. O regimento constitucional não é claro, nem excepciona qualquer situação. A legislação em vigor já permite, por exemplo, que a Previdência seja ressarcida nos casos de ações acidentárias. Da mesma forma, o Código Civil assegura a qualquer pessoa, e ao próprio Estado, a reparação dos danos causados pela prática de um ato ilícito civil", analisa no relatório (Ag.Senado).

Jungmann confirma que algumas UPPs serão extintas

O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, confirmou na sexta-feira (27) que algumas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) do Rio de Janeiro serão extintas. Não foram informadas quantas serão atingidas pela medida. A região metropolitana do Rio conta com 38 UPPs. Ele defendeu a reavaliação e extinção de algumas UPPs.

"Houve uma expansão maior do que as pernas do estado poderiam manter com os recursos que se tinha. Isso degradou uma grande parte das UPPs. Em segundo lugar, as UPPs eram a ponta de um projeto onde você teria a polícia pacificadora, mas o estado deveria entrar com saúde, educação, etc. O que também não entrou", disse.

Parte das UPPs não cumpre mais a função para a qual foi concebida. "Então, o que fazer? Reduzir, melhorar aquelas que estão em condições de ser efetivamente melhoradas, trazer mais policiamento para as ruas e colocar guardas ou destacamentos que vão permanecer dentro da comunidade", disse. Para o ministro, se essas UPPs não tinham capacidade de exercer suas funções é melhor reaproveitar os policiais no patrulhamento geral das ruas da cidade.

Segundo ele, as UPPs que estão funcionando bem devem ser mantidas.

As UPPs foram criadas em 2008 e logo se tornaram a principal política de segurança pública do estado do Rio. A proposta era implantar policiamento comunitário nas áreas controladas por quadrilhas armadas. A última UPP, na Vila Kennedy, foi implantada em 2014 (ABR).